

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



## AValiação e Qualidade: Fatores que Engendram a Política de Revalidação de Títulos de Graduação<sup>1</sup>

Jullie Cristhie da Conceição

**Resumo:** Este artigo trata da avaliação e da qualidade da educação superior, especialmente demonstra-se como a avaliação torna-se nos últimos anos eixo central na política educacional em todos os níveis da educação brasileira, inclusive na educação superior, sobretudo a partir dos anos de 1990, sendo impulsionada por diversos fatores, dentre eles a expansão e a qualidade da educação e também no contexto latino-americano, no eixo Brasil-Paraguai-Bolívia. Como resultado, é possível afirmar que em várias esferas da política educacional tem-se utilizado a avaliação como forma de solucionar novas demandas do sistema educacional, como é o caso do processo de revalidação de títulos. Observou-se ainda, que mesmo com a previsão constante na LDB/1996 de que cabe às universidades públicas promoverem a revalidação de títulos, o MEC toma para si a tarefa de promover a revalidação de títulos de graduação para médicos, considerando as políticas construídas no âmbito do MERCOSUL, da qual é signatária, bem como a demanda não atendida internamente de brasileiros que passam a buscar titulação nos países de fronteira, como Paraguai e Bolívia.

**Palavras-chave:** Educação superior; Avaliação Educacional; Revalidação de títulos.

### Introdução

Este artigo trata da avaliação e da qualidade da educação superior, especialmente demonstra-se como a avaliação torna-se nos últimos anos eixo central na política educacional em todos os níveis da educação brasileira, inclusive na educação superior, sobretudo a partir dos anos de 1990<sup>2</sup>.

Justifica-se este tema, pois o processo de revalidação de títulos no Brasil está presente também na política de avaliação brasileira. Nesse contexto, parte-se do princípio de que a avaliação torna-se central na agenda da política educacional brasileira no decorrer dos anos, sendo impulsionada por diversos fatores, dentre eles a expansão e a qualidade da educação.

Desse modo, ao compreender que a avaliação é um fenômeno social e histórico (DIAS SOBRINHO, 2004), estudos que apresentam um apanhado da história da avaliação da educação superior brasileira, especificamente do processo de avaliação de cursos superiores no Brasil, como Real (2008a, 2008b); Oliveira; Catani e Dourado (2001), demonstram que a avaliação assume um papel fundamental na busca de melhoria da qualidade, sendo delineada e modificada a cada novo período e novo contexto (DIAS SOBRINHO, 2002), alterando a maneira de se pensar a avaliação e, conseqüentemente, a concepção de qualidade e os critérios a serem adotados o que, para Zainko (2008), “[...] é marcado por avanços e retrocessos” (p. 827).

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação de Mestrado em Educação, defendida em abril de 2013, no Programa de Pós Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, na Universidade Federal da Grande Dourados.

<sup>2</sup> Cumpre destacar, que ações de avaliação são anteriores aos anos de 1990, o que pode ser observado na tese de Real (2007) com as principais ações na educação superior do Brasil, que antecederam os anos de 1990.



Nesse sentido, pretende-se inicialmente discutir a centralidade da avaliação da educação, em seguida delinea-se a construção da avaliação como mecanismo de gestão da educação e, por fim, explana-se a centralidade da avaliação nos países em tela, Brasil, Paraguai e Bolívia, além das considerações finais.

### **A centralidade na avaliação da educação**

Um dos temas de debate na literatura da área diz respeito à centralidade que se imprime à avaliação na educação nos últimos anos. Nesse sentido, esta seção traz à tona alguns autores que estudam a política de avaliação em todos os níveis de ensino que abordam a temática.

Freitas (2005a), por meio de uma perspectiva histórica, explicita a configuração da política avaliativa no Brasil e argumenta que o interesse pela avaliação “[...] tornou objeto de ações estatais nos últimos cinquenta anos” (p.7). Assim, uma cultura de avaliação tornou-se essencial para o país frente às exigências que vão sendo suscitadas no decorrer dos anos. Observa-se que a avaliação toma formas de centralidade à medida que é implementada e testada.

Nesse contexto, na literatura da área, há um consenso entre os autores, como: Gomes (2002) Sousa; Oliveira (2003); Freitas (2005a; 2005b; 2007); Coelho (2008); Sousa *et. all* (2000); Real (2007; 2008a; 2008b; 2009b; 2010), dentre outros, que corroboram que a política de avaliação foi desenvolvida como parte de uma nova política de regulação e de administração competitiva no contexto do Estado avaliador. Nesse contexto, esses mesmos autores baseiam-se no conceito “Estado avaliador” que foi inicialmente utilizado por Neave (1988; 1998).

Assim, ao considerar a concepção de Estado avaliador, Coelho (2008) afirma que “a avaliação se firma cada vez mais como elemento de regulação e da administração gerencial e competitiva do Estado Avaliador no Brasil, com uma historia de vinte anos” (p. 231). Desse modo, há centralidade da avaliação nas políticas educacionais como eixos estruturantes (COELHO, 2008).

Cabe mencionar, que há três dimensões que constituem a avaliação, segundo Freitas (2005a; 2005b), sendo: a dimensão normativa, a dimensão pedagógica e a dimensão educativa. Dessa forma, a dimensão educativa se desenvolve e/ou se desenvolve por meio de ações pedagógicas “[...] que se empenharam em educar gestores, professores, alunos, pais e o cidadão em geral [...]” (FREITAS, 2005b, p. 12).

Assim, percebe-se que o Estado, ao centralizar a avaliação como meio para que se garanta a qualidade, acaba através de suas próprias iniciativas, desenvolvendo medidas que induzem a ranqueamento das instituições, como o Índice Geral de Cursos (IGC) e o



Conceito Preliminar de Curso (CPC)<sup>3</sup>, valorizando a avaliação de larga escala, tentando torná-la uma estratégia cultural em todos os níveis da educação.

Portanto, pode se apreender através da literatura da área, que a avaliação está presente em todo o contexto que envolve a educação e, particularmente, a educação superior, com centralidade assumida e construída ao longo dos anos, como meio de aferir qualidade, garantir transparência no processo técnico e informar a sociedade.

### **A construção da avaliação como mecanismo de gestão da educação**

A construção da avaliação como mecanismo de gestão da educação tem sido um dos meios utilizados ao longo dos anos para se garantir a qualidade da educação, especialmente a partir da década de 1990, com as medidas inicialmente voltadas para a educação básica. A avaliação da educação superior encontrou contexto particularmente fértil para a sua consolidação a partir de 1995 (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007), quando se verificou um processo de intensificação da expansão desse nível de ensino articulado com a política de avaliação adotada no período (GOMES, 2002).

Autores mencionam, ainda, que a avaliação induziu a expansão de forma preponderante no setor privado, particularmente no período de 1995 a 2002, o que promoveu a massificação da educação superior (GOMES, 2002; DOURADO, OLIVEIRA, CATANI, 2003; DIAS SOBRINHO, 2003).

É nesse contexto que a política de educação superior tem suscitado debate a respeito da política de avaliação que tem sido implementada, quando são focalizadas questões como: qualidade (LÉDA, 2007; REAL, 2008b), relação entre qualidade e expansão, sistema de massa e qualidade (GOMES; MORAES, 2009), demandas da globalização produtiva e dos interesses competitivos dos estados nacionais (FERREIRA, 2010), qualidade na configuração de um estado latino-americano de educação superior, (REAL, 2009a; 2010) e quase mercado e qualidade (SOUSA, 2010; SOUSA; OLIVEIRA, 2003).

Desse modo, a qualidade e a avaliação passam a se constituir elementos em “sintonia”, ou seja, a avaliação passa a ser considerado um importante instrumento de melhoria da qualidade de ensino (SOUSA, 2001) torna-se a avaliação propulsora da expansão com qualidade (SOUSA; OLIVEIRA, 2003).

Outro aspecto a ser observado, refere-se à adoção da avaliação num contexto de sintonia com as políticas governamentais centradas na lógica do mercado. É nesse contexto que a avaliação passa a ser adotada como instrumento central na busca por garantir a expansão com qualidade. Fenômeno que ocorre tanto na educação básica como na

---

<sup>3</sup>Sobre esses indicadores se falará ao longo deste artigo.

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



educação superior. Se por um lado a avaliação garante o controle dos resultados da educação, por outro acarreta a descentralização “[...] dos mecanismos de gestão e financiamento” (SOUSA; OLIVEIRA, 2003, p. 874). Nas palavras de Sousa e Oliveira (2003), trata-se da descentralização por “controle remoto”, em que a avaliação “[...] torna-se peça central nos mecanismos de controle, que se deslocam dos processos para os produtos, transferindo-se o mecanismo de controle das estruturas intermediárias para a ponta, via testagens sistêmicas, “os controles remotos” [...]” (p. 874).

A peça central dos mecanismos de controle que impulsionam formas de gestão ancoradas na lógica do mercado é a avaliação em larga escala (SOUSA; OLIVEIRA, 2003). Um dos contrapontos delineados pela avaliação em larga escala que vem se estabelecendo na política educacional é a “indução” da competição nos sistemas de ensino. Nesse sentido, tem-se criado um arcabouço de instrumentos para que sejam alcançados metas e objetivos e diretrizes, e se configurem iniciativas de preparação para o melhor desempenho nas avaliações e isso pode ser observado tanto na educação básica, como também na educação superior.

Nesse sentido, destaca-se as principais medidas avaliativas adotadas no Brasil, sendo: o Sistema Nacional de Educação Básica (Saeb) Portaria nº 1.795/1994, e em 2005 reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil; o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998 e em 2009 sofreu alterações e passou a ser utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni); o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), criado em 2002; a Provinha Brasil, que foi instituída pela Portaria Normativa MEC nº 10/2007; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007; o Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente<sup>4</sup>, criado pela Portaria normativa nº 14/2010;

Na educação superior, a eminência da política avaliativa também é evidente, em virtude do estabelecimento de avaliações implementadas ao longo dos anos e intensificadas por meio tanto da dimensão normativa, quanto da dimensão educativa. Segundo Sousa e Bruno (2008), “o movimento de sistematização da avaliação da educação superior é concomitante com a expansão de instituições privadas, de seus cursos e vagas, que se mostra mais evidente a partir de 1995” (p.200), quando foi implementado o Exame Nacional de Cursos (ENC) ou “Provão”, Lei nº 9.131/1995, institucionalizando a periodicidade no reconhecimento de curso e credenciamento de instituições (REAL, 2010).

---

<sup>4</sup> Está em processo de implementação.

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



A partir desse marco, outras medidas voltadas para a avaliação foram implantadas para a educação superior, como: O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), implantado pela Lei nº. 10.861/2004, formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, este último é identificada como Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE), que avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes e é obrigatório. (INEP, 2012). Novos indicadores no contexto da educação superior foram instituído: o CPC pela Portaria Normativa nº. 4/2008 e o IGC pela Portaria Normativa nº. 12/2008.

Diante desse cenário, observa-se que a política avaliativa vem se configurando em todos os níveis de ensino da educação brasileira<sup>5</sup>, tornando-se instrumento privilegiado de gestão educacional (SOUSA, 2001; SOUSA; BRUNO, 2008).

É importante destacar, que no processo de avaliação da política brasileira há vários agentes envolvidos, os quais desempenham papéis diferenciados e escalonados na implementação de ações de avaliação como é o caso do Inep, do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), dentre outros agentes.

É nesse contexto de ênfase na avaliação em larga escala que a política de revalidação de títulos no Brasil é reconfigurada. Isso pode ser observado com a adoção de prova para o processo de revalidação de títulos de graduação de Medicina que tem traduzido em um sistema de avaliação próprio, criado por meio da Portaria Interministerial MEC/MS nº 865/2009, que instituiu o Projeto Piloto para revalidação de diplomas de médico expedidos no exterior. A primeira edição do sistema de revalidação de diplomas de médicos, como Projeto Piloto, ocorreu no ano de 2010 e no ano seguinte, 2011, houve a institucionalização definitiva. O Revalida<sup>6</sup> foi normatizado pela Portaria Interministerial nº 278/2011.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a revalidação de títulos de graduação se constitui em uma medida inserida em um conjunto mais amplo de medidas, ações e decisões de agentes governamentais e da sociedade, que implementam e influenciam novas ações e decisões. Portanto, ao longo dos anos, a política educacional tem delineado um movimento dinâmico que pode ser percebido através dos documentos e normas que servem como embasamento para regulamentar a educação superior brasileira.

---

<sup>5</sup> O Sistema de Avaliação da Pós-graduação foi implantado pela CAPES em 1976, que abrange dois processos conduzidos por comissões de consultores, vinculados a instituições das diferentes regiões do país: a Avaliação dos Programas de Pós-graduação e a Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-graduação, mas essa atribuição foi delegada oficialmente pelo Decreto nº. 86.791/1981 (CAPES, 2013).

<sup>6</sup> Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira.



#### **A avaliação da educação superior no contexto latino-americano: Brasil, Bolívia e Paraguai**

A centralidade da avaliação não ocorre apenas no Brasil, mas também é fruto de influências externas que corroboram as medidas internas. A implementação da avaliação é um desafio para os países latino-americanos. A UNESCO/IESALC aponta que esse desafio é profícuo principalmente ao entender a avaliação como uma atividade contínua e transformadora capaz de assegurar a garantia da qualidade e identificar as boas práticas e possíveis correções para redirecionar o que for necessário (GAZZOLA, 2007).

A esse respeito, Guadilla (2010) explicita que a avaliação da qualidade da educação superior é uma das tendências e tensões da globalização e internacionalização na educação que marcaram desde as décadas de 1950 e 1960 até o presente momento. Segundo a autora, foi na década de 1990 que a América Latina instituiu de forma mais intensa a avaliação. (GUADILLA, 2010).

Nesse sentido, a avaliação e a acreditação têm pautado a agenda das políticas latino-americanas. Dentre os fatores que impulsionam a ênfase na avaliação e na acreditação podem-se destacar: a busca por internacionalização, a ampliação da atratividade e competitividade latino-americana, taxas semelhantes de expansão da educação superior, caracterização do ensino superior pelo viés privatista, entre outros fatores. Por outro lado, sinalizam-se como desafios da avaliação e da garantia da qualidade nos processos de acreditação a necessidade de regras comuns, construção de uma concepção de qualidade integradora, currículos semelhantes, elaboração de instrumentos próprios com definição de dimensões e indicadores congruentes, que incluem nesse cenário os avanços técnicos, que possam contribuir para a disseminação da política de avaliação na política educacional latino-americana.

A UNESCO/IESALC tem aprovado e participado de iniciativas da *Red Iberoamericana para la Acreditación de la Calidad de la Educación Superior* (RIACES), que tem promovido o estabelecimento e o fortalecimento dos sistemas para garantia da qualidade, dos marcos normativos nacionais e sua articulação regional, com ações de avaliação e acreditação (UNESCO/IESALC, 2010).

Desse modo, percebe-se que a avaliação torna-se central também nas ações latino-americanas, em que se criam medidas para a efetivação do processo de integração da educação superior, especialmente no âmbito do MERCOSUL. Assim, a partir da década de 1990 em toda a América Latina, especialmente na segunda metade da década, são iniciadas mais de 70% de funções próprias de agências de avaliação, devido à ênfase das diretrizes supranacionais na qualidade da educação (AGUILAR, 2008).

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Através do *Memorandum* de Entendimento firmado pelos Estados Partes e Associados, em 1998, foi criado o MEXA implementado em todos os países membros do MERCOSUL e também no Chile, no período de 2003 a 2006, para promover o reconhecimento recíproco de títulos de graduação universitária nos países participantes para cursos de graduação<sup>7</sup>.

Encontra-se em vigência, o ARCU-SUL, instituído pela Decisão nº 17/2008, visando a estabelecer e assegurar critérios regionais de qualidade de cursos de graduação para a melhoria permanente da formação em nível superior, necessária para a promoção do desenvolvimento educacional, econômico, social, político e cultural dos países da região (MERCOSUL, 2008). Porém, mesmo havendo acreditação de um determinado curso, em uma instituição credenciada no sistema ARCU-SUL, o processo de revalidação de títulos não se torna automático nos demais países participantes, pois o sistema ARCU-SUL respeita as legislações de cada país e a autonomia das instituições.

Desse modo, ao observar a política de avaliação da educação superior nos países foco deste trabalho, a saber: Brasil, Paraguai e Bolívia, nota-se que as medidas implantadas pelo MERCOSUL influenciaram mais o Paraguai e a Bolívia do que o Brasil, que já desenvolvia ações avaliativas anteriormente aos processos de avaliação latino-americanos, e mesmo mercosulino.

Observa-se, inclusive, que o Brasil tem processo mais consolidado de avaliação da educação superior, uma vez que implanta processos de avaliação de cursos de graduação, de forma mais sistematizada na graduação, desde 1995, quando adota o ENC e institucionaliza a periodicidade no reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituição, com a Lei nº 9.131/1995. Logo depois aprova o SINAES, por meio da Lei nº 10.861/2004. Cumpre destacar, que foi criada uma nova autarquia por meio do Projeto de Lei nº 4.372/2012 para coordenar e executar o processo de avaliação e assim avaliar e regular o ensino superior no País, identificada como Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes), que está em processo de aprovação e implementação. (BRASIL, 2012).

O processo de avaliação desenvolvido no Paraguai é recente, pois o país implanta sistema de avaliação de cursos a partir da criação da ANEAES, instituída pela Lei nº 2.072/2003, estando intrinsecamente relacionado com a criação do MERCOSUL. Sendo o Congresso Nacional do Paraguai que procede ao credenciamento das instituições, enquanto a ANEAES, órgão técnico ligado ao Ministério da Educação, realiza a avaliação dos cursos, conforme disposto na Ley de Universidades, Lei nº 136/1993.

---

<sup>7</sup> Agronomia, Engenharia e Medicina e também abrange os cursos de Arquitetura, Enfermagem, Odontologia e Veterinária.

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



No Paraguai avaliação e regulação são mecanismos separados, diferentemente do que ocorre no Brasil, onde são necessários procedimentos operacionais de avaliação para fins de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e credenciamento de instituições. Nesse sentido, entende-se que a expansão da educação superior no Paraguai ocorre com maior intensidade, na medida em que as instituições possuem autonomia para a implantação de seus cursos.

Processo semelhante ao Paraguai, ocorre na Bolívia, com a *Constitución de Política del Estado da Bolívia*, em 2009, no Art. 98, discorre que o “[...] seguimiento, la medición, evaluación y acreditación de la calidad educativa en todo el sistema educativo, estará a cargo de una institución pública, técnica especializada, independiente del Ministerio del ramo”. (BOLÍVIA, 2009).

Na Bolívia, há iniciativas de implementação do Sistema Nacional de *Evaluación y Acreditación de la Universidad Boliviana* (SNEAUB), que foi criado a partir do IX Congresso Nacional de Universidades, em 1999, em conjunto com a “Secretaría Nacional de Evaluación y Acreditación”, administrado pelo *Comité Ejecutivo de la Universidad Boliviana* (CEUB), cujo objetivo principal é levar adiante programas de melhoramento da qualidade da educação superior. No entanto, apesar de terem sido realizadas algumas tentativas, o SNEAUB não obteve êxito (RIVERO, 2008).

Entretanto, foi sancionada a Ley nº 070/2010, que instituiu a Lei da educação, com a “*Sección V - Evaluación y Acreditación Universitaria*”, que versa no Art.68 sobre a *Agencia Plurinacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior Universitaria* (APEAESU), em que desenvolve ações descentralizadas de avaliação e acreditação, por um diretório com uma comissão para executar as funções da agência (BOLÍVIA, 2010). E também foi criado o “*Observatorio Plurinacional de la Calidad Educativa*” com a responsabilidade de medir, avaliar e acreditar a qualidade da educação do sistema educativo (BOLÍVIA, 2010). Pode-se inferir que há iniciativas recentes para a implementação de uma política de avaliação mais consistente no país.

Desse modo, tanto as políticas brasileiras, quanto as paraguaias e as bolivianas apontam para a avaliação como um instrumento privilegiado na busca por melhoria da qualidade da educação superior, na medida em que criam agências com a finalidade de promover a avaliação da educação superior, como é o caso do Inep, no Brasil, da ANEAES, no Paraguai e da APEAESU, na Bolívia.

## Considerações Finais

Diante do exposto, é possível afirmar que a política de avaliação, por meio do seu processo de implementação, tem adquirido centralidade na política educacional brasileira e



# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



também no contexto latino-americano ao longo dos anos, tornando-se uma prática de sistematização em todos os níveis de ensino, como mecanismo de gestão da educação, cujo pano de fundo é a busca da qualidade. Assim, em várias esferas da política educacional tem-se utilizado a avaliação como forma de solucionar novas demandas do sistema educacional, como é o caso do processo de revalidação de títulos.

É nesse contexto, que se observa que mesmo com a previsão constante na LDB/1996 de que cabe às universidades públicas promoverem a revalidação de títulos, o MEC toma para si a tarefa de promover a revalidação de títulos de graduação para médicos, considerando as políticas construídas no âmbito do MERCOSUL, da qual é signatária, bem como a demanda não atendida internamente de brasileiros que passam a buscar titulação nos países de fronteira, como Paraguai e Bolívia.

## Referências

- AGUILAR, J. G. Evaluación y Acreditación de la Educación Superior en América Latina y el Caribe. In: BERNHEIM, C. T. **La educación superior en América Latina y el Caribe: diez años después de la Conferencia Mundial de 1998**. Colombia: Unesco-Iesalc, PUJ, 2008, p. 175-223.
- BOLÍVIA. **Constitución de Política del Estado**, enero de 2009. Bolívia: Congreso Nacional: Gaceta Oficial del Bolivia. Disponível em: <[http://www.minedu.gob.bo/index.php?option=com\\_content&view=article&id=84&Itemid=101](http://www.minedu.gob.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=84&Itemid=101)> . 18 jun. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Ley nº 70, de 20 de diciembre de 2010**. Ley De La Educación “Avelino Siñani - Elizardo Pérez”. *La Asamblea Legislativa Plurinacional*. Disponível em: <[http://www.minedu.gob.bo/index.php?option=com\\_content&view=article&id=87&Itemid=119](http://www.minedu.gob.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=119)> . Acesso em: 18 jun. 2012.
- BRASIL. **Projeto de Lei 4372/2012**. Cria Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior - INSAES, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Projetos/PL/2012/msg398-31agosto2012.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2012/msg398-31agosto2012.htm)>. Acesso em: 20 set. 2012.
- CAPES. **Avaliação da pós-graduação**. CAPES, 2013. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>>. Acesso em: 14 mar. 2013.
- COELHO, M. I. M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: avaliação política pública educacional**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 229-258, 2008.
- DIAS SOBRINHO, J. **Universidade e Avaliação entre a Ética e o Mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, 2004.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Políticas e gestão da educação superior**. São Paulo: Xamã, 2003. p. 17-30.
- FERREIRA, S. Reforma da educação superior no Brasil e na Europa: em debate novos papéis sociais para as universidades. **33ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, MG, 2010.
- FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do ensino fundamental: Políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100-Especial, p. 989-1014, out. 2007.

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



FREITAS, D. N. T. **Avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa.** São Paulo, 2005a. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, 2005a.

\_\_\_\_\_. Avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa. **28ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, MG, 2005b.

GAZZOLA, A. L. Presentación. In: TRINDADE, H. Evaluación de la educación superior en Brasil: fundamentos, desafíos, institucionalización e imagen pública, 2004-2006. Brasília: **IESALC-UNESCO**, Ministerio de Educación de Brasil, 2007, p. 01-09.

GOMES, A. M. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 275-298, set. 2002.

\_\_\_\_\_; MORAES, K. N. A expansão da educação superior no Brasil contemporâneo: questões para o debate. In: **32ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu-MG, 2009.

GUADILLA, C. G. El espacio ENLACES en el contexto de las nuevas dinámicas de internacionalización universitaria. In: CADENAS, J. M. (coord.). La Universidad Latinoamericana en Discusión. Caracas: UCV, **UNESCO-IESALC**, 2010, p. 26-45.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas públicas sociais. **Cadernos Cedex**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

INEP. **SINAES**, Inep 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 01 set. 2014.

LÉDA, D. B. Universidade Nova/plano de reestruturação e expansão das universidades federais: mais uma dose da reforma universitária? In: **30ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, MG, 2007.

NEAVE, G. On the Cultivation of Quality, Efficiency and Enterprise: na overview of recent trends in higher education in Western Europe, 1986-1988. **European Journal of Education**, Paris, v. 23, n. 1/2, p. 7-23, 1988.

\_\_\_\_\_. The Evaluative State Reconsidered. **European Journal of Education**, Paris, v. 33, n. 3, 1998.

OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M.; DOURADO, L. F. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 6, n. 4, p. 7-16, 2001.

REAL, G. C. M. **Impactos da expansão da educação.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008a, 224p.

\_\_\_\_\_. Impactos da política de avaliação na educação superior brasileira: um foco na questão da qualidade. In: **31ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, MG, p. 01-16, 2008b.

\_\_\_\_\_. Impactos da expansão da educação superior na mobilidade estudantil: o eixo Brasil – Paraguai. In: **32ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, MG, 2009a, p. 01-07.

\_\_\_\_\_. Avaliação e qualidade no Ensino Superior: os impactos do período 1995-2002. **Educação e Pesquisa**, 2009b, v.35, n.3, p. 573-584.

\_\_\_\_\_. A avaliação da educação superior na fronteira Brasil - Paraguai: considerações sobre a construção de um espaço comum. In: **33ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, MG, 2010, p. 01-13.

RIVERO, R. D. Los procesos de evaluación y acreditación universitaria: la experiencia boliviana. In: La evaluación y la acreditación en la educación superior en América Latina y el Caribe. Caracas: **UNESCO/IESALC**, p. 35-44, 2004.

SOUSA, J. V. Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado? In: **33ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, MG, p. 01-15, 2010.

SOUSA, S. Z. L.; ALAVARSE, O. M.; MACHADO, C.; ARCAS, P. Avaliação educacional e gestão: iniciativas no âmbito do Município e Estado de São Paulo. **Anuário do Gt. Estado e Política Educacional**, São Paulo, v. 1, p. 429-435, 2000.

\_\_\_\_\_. Avaliação e políticas educacionais: iniciativas em curso no Brasil. In: HIDALGO, A. M.; SILVA, I. L. F. (Orgs.). **Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino no Brasil e Paraná na década de 90.** Londrina: Ed. UEL, p. 69-98, 2001.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



\_\_\_\_\_; BRUNO L. Avaliação da educação superior: finalidades e controvérsias.  
**Universidade e Sociedade**. Distrito Federal, ano XVIII, n. 42, p. 195-204, jun. 2008.  
UNESCO. Informe de Gestión 2008-2010. Caracas: **UNESCO-IESALC**, 2010. 75p.  
ZAINKO, M. A. S. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção  
histórica. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 13 n. 3, p. 827-831, nov. 2008.